

As Projeções da Língua Árabe na Língua Portuguesa

(orig.: conferência, organizada por Aida Hanania, para o Centro de Estudos Árabes da USP, por ocasião da “Semana de Cultura Árabe”, realizada em Junho de 1986. Transcr. Cecília N. Adum)

Antônio Houaiss¹



No vigésimo aniversário de sua morte, em homenagem a Houaiss, publicamos esta brilhante conferência



Semana de Cultura Árabe, 1986: Aida Hanania, o reitor José Goldemberg, A. H. e Helmi Nasr

Quando se considera a influência árabe no português, o único aspecto que ressalta é o da contribuição lexical, porque, realmente, não há razões – não houve, pode ser que venha a haver – para suspeitar que qualquer coisa, na área do sistema do

¹. Antônio Houaiss foi tradutor, crítico, escritor, lexicógrafo, diplomata, membro da Academia de Ciências de Lisboa, presidente da Academia Brasileira de Letras e ministro da Cultura. Faleceu em 1999, deixando quase completa a edição do notável Dicionário Houaiss.

árabe para o português, haja aparecido. Admitiu-se, durante algum tempo, que certa aspiração que o espanhol apresenta pudesse, por acaso, haver provindo da forte influência árabe. Mas, para a língua portuguesa, essa hipótese jamais foi formulada. Na área da sintaxe, nunca se admitiu, em hipótese alguma, que algo pudesse haver vindo do árabe, nem para o português nem para o espanhol. O único arabismo ou semitismo sintático que nós temos é, evidentemente, de influência bem tardia e extra-contato. É o caso de *Rei dos Reis*, *Cântico dos Cânticos*, um tipo sintático tão integrado dentro da língua árabe, dentro do hebraico, dentro do aramaico, que, no Ocidente, passou a existir como uma expressão de torneio sintático *sui generis*, mas extensiva a todas as línguas de cultura ocidental. Não se trata, por conseguinte, de um arabismo específico do árabe para o português. É fato estilístico, talvez até posterior àquele contato, talvez até expressão estilística de língua de cultura altamente elaborada.

Então, entre o árabe e o português, os únicos elementos evidentes constituem uma relação do tipo lexical. Entretanto, a partir do momento em que passamos a preocupar-nos muito com o trânsito de uma língua natural para uma língua de cultura, imediatamente começamos a ver que algo se havia passado nesse entrelaçamento das línguas de cultura, da árabe e da cristã; algo, aliás, de transcendente importância se havia passado na Península Ibérica. Porque, quando fazemos a análise do vocabulário do português como língua natural, vale dizer, quando fazemos a análise da emergência daquele sistema românico que se foi, aos poucos, transformando numa das línguas românicas, temos que, como termos básicos, o acervo primitivo do português não vai além de três mil a três mil e duzentas palavras. E por que não vai? Por tratar-se, efetivamente, de uma língua natural. Em que sentido era língua natural? No sentido de que era uma língua com que não se pretendia fazer as elaborações de cultura que somente a instituição da escrita iria permitir.

Quando estudamos filogeneticamente os sistemas de língua, reconhecemos que uma língua não é melhor que outra, nem mais potente que outra, nem mais impotente que outra, enquanto a comparação se refere ao sistema. Como sistema, sabemos que as línguas se regulam com cerca de quinhentas a mil regras; que elas têm um repertório fonemático limitado, extremamente limitado, convenientemente limitado, economicamente limitado, para, mediante combinatórios insignificantes, chegar a combinações significantes de extrema riqueza. Isto que ocorre com uma língua, ocorre com as mais de dez mil línguas ainda existentes no mundo. Língua por língua, todas as línguas se equivalem; contudo, é visível que, no mundo contemporâneo e no mundo do passado, nunca houve equivalência de línguas. Houve línguas que puderam transmitir poder, que puderam transmitir cultura, que puderam transmitir ideias, que puderam transmitir humanidade, muito mais intensamente que outras línguas.

O que houve de diferencial entre essas duas modalidades de línguas foi o fato fundamental de que, em dado momento, a história perdulária do passado passou a ser uma história economizada. A partir do instante em que a escrita se instituiu, as línguas deixaram de ser línguas morituras, capazes de morrer. Passaram a ser línguas eternizadas. As estatísticas lexicais revelam a diferença das línguas. Há línguas naturais, ágrafas – que ainda existem em grande maioria, na Humanidade – e nunca apresentam um repertório superior a três mil vocábulos. À medida que elas passam a ser línguas com mnemônica institucionalizada, como foi o celta, suspeita-se que esse repertório de três mil palavras possa passar para quatro, cinco, seis, até sete mil palavras. A partir do momento, todavia, em que essas palavras são escritas, elas se transformam em palavras que ficam incorporadas na memória viva da coletividade. É fenômeno interessante de consignar, e verificável nas línguas do passado que tiveram

alta literatura: o sânscrito está no caso; o latim está no caso; o grego, evidentemente, está no caso; o hebraico está no caso, e o árabe está no caso.

Quase todas essas línguas, ao cabo de um milênio de existência como línguas escritas, acusavam um estoque de quarenta mil palavras, ainda vivas, no sentido de que a elaboração cultural dessas línguas se permitia o luxo de reportar-se a essas quarenta mil palavras.

Esse fenômeno passou a ter um significado ainda mais importante quando começamos a ver que a história do Homem não se repete. Embora metodologicamente todas as línguas de cultura atingissem um ponto de saturação de quarenta mil palavras, em torno do fim do século XVIII e início do século XIX – e a exemplificação é óbvia, quando se faz a lexicografia do francês, do espanhol, do inglês, do português, do hebraico, a lexicografia das línguas românicas em geral, e essa coincidência de quarenta mil palavras se repete – esse fenômeno passou a ser inteiramente diferente para a história da Humanidade, assim que se inaugurou o século XIX.

Há três sintomas ou três indicadores importantes para isso: o primeiro foi que, no ocidente, a alfabetização de massa só começou no século XIX. Até fins do século XVIII, a Humanidade inteira jamais havia atingido índice superior a 2% de alfabetização. Por isso mesmo, lucra muito mais recitar que ler. A influência da escrita foi, desde o início, pujante, mas o homem que lia, até o fim do século XVIII, era, em geral, um homem que lia em voz alta, para que a projeção da influência da palavra escrita pudesse ser não apenas para ele. Conta-se (a anedota existe) que os primeiros indivíduos que começaram a ler em voz baixa foram da época de Santo Tomás. Até então, a leitura, mesmo a sós, era em voz alta, tamanho fora o hábito de compreender que aquela missão era cumprida para ser benéfica, não apenas ao leitor, mas a um conjunto de indivíduos. O fato é que, a partir do século XIX, a alfabetização se intensificou em certas partes ocidentais: a França, a Inglaterra, o norte da Itália, certos países das Flandres, certos Estados alemães começaram a intensificar o ensino de massa, de tal maneira que, em meados do século XIX, 50% dessas populações já estavam literatadas; e, pelos fins do século XIX e início do século XX, chegamos a atingir 92%, 94%, 96% de literatação, transformando, por conseguinte, o ideal de alfabetização de massa – alfabetização total – em uma realidade.

Foi aí que começou essa nova realidade. As explosões consequentes foram interessantíssimas: em primeiro lugar, a editoração imensa que, até então, fora muito pequena; em segundo lugar, a incorporação de vocabulário imenso; e, em terceiro lugar – aí a conexão é difícil para sabermos qual a causa, porque há uma circularidade – o fenômeno de extrema diferenciação do trabalho físico e mental.

O exemplo mais concreto desse fenômeno foi dado muito recentemente, em 1963, quando, se buscava realizar a primeira conferência da UNCTAD, essa organização das Nações Unidas do conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento. Naquela altura, a Secretaria Geral, cujo secretário geral era Dag Hammarskjöld, começou a ser bombardeada com perguntas relativas à pauta-agenda dessa futura conferência. Queriam saber se tal tema entrava, se tal outro entrava etc. Era um problema epistemológico saber que temas e problemas, que fazeres e saberes iriam integrar a possível agenda dessa conferência. Essa conferência e essas demandas à Secretaria Geral obrigaram a uma pergunta à UNESCO, que organizou um grupo de trabalho para responder a questão: que temas eram objeto de conhecimento específico ou de execução específica pela Humanidade?

Curioso observar que, um século antes, em época de Auguste Comte, um vocabulário de duzentas e quarenta palavras esgotaria o conjunto de saberes e fazeres da Humanidade. Naquela altura, porém, eles mandaram um vocabulário de vinte e quatro mil expressões, entre palavras e sintagmas, para definirem as especializações

profissionais dos homens, no campo do fazer mental e no campo do fazer físico, quer dizer, a especialização do saber e a especialização do fazer haviam atingido esse índice que, hoje em dia, deve ser em torno de trinta anil. Se cada uma dessas especializações criasse, em média, um grupo de dez palavras neológicas apenas – e algumas criaram duzentas, quinhentas; é verdade que algumas não criaram nenhuma – isso haveria dado um acréscimo de vocabulário de trezentas mil unidades e, por estranho que pareça, foi esse o acréscimo que houve. A Humanidade, hoje em dia, para as línguas chamadas de cultura, não se contenta com um vocabulário de menos de quatrocentos mil vocábulos.

Esse fenômeno é muito importante, para definir o fato do que seja uma língua de cultura. Até agora, viciadamente, temos voltado nossos olhos para algo bem transcendente que é a língua literária, a língua que se volta para a criação do infinito de potencialidades que o homem tem dentro de si, para a criação poética, para a criação de ficção. Mas esse é um aspecto que corresponde a um pensamento em que a língua literária transmitia, concomitantemente, todo o saber físico e mental do Homem. Não obstante, a partir de certo momento que se esboça já no Mundo Árabe, começou a haver a decantação do saber. As *Geórgicas*, não sabemos se são um tratado de agricultura ou poesia. Os poemas homéricos, não sabemos se tratam de economia, demografia, poesia, ciência, empirismo ou história. No passado, o literário era concomitante com todos os fenômenos humanos; mas nessa deriva de especialização, a literatura começou a decantar-se, a separar-se. E ficamos herdeiros do preconceito de que a potencialidade de uma língua se ater a só ao literário. E esquecemo-nos deste fato fundamental: um sistema de cultura, qualquer que seja, não pode hoje subsistir como cultura moderna, se não fizer química e tiver seu vocabulário correspondente; se não fizer física, economia, filosofia, se não fizer tudo o que é discriminado por esses trinta mil aspectos a que nos referimos. No mundo contemporâneo, há um número bastante reduzido de línguas que têm toda essa totalidade. Das dez mil línguas a que nos reportamos, quando falamos de língua de cultura, não nos esqueçamos de que pouquíssimas são aquelas que se espalham, que se esparramam por todos esses saberes. Por isso mesmo, o mundo contemporâneo, hoje, divide-se em um mundo de usuários de línguas naturais, mais uma segunda língua, que é a de cultura – se ele quiser integrar-se no sistema de cultura – ou, então, de usuários de língua de cultura que não precisam descer às outras, porque elas lhes bastam.

Isso é de suma importância, porque tende a esboçar a possibilidade de que uma língua de cultura venha a prevalecer para a Humanidade inteira, num futuro, o que seria uma tragédia, porque, evidentemente, representaria uma uniformização potencial da riqueza que existe dentro de nós e que existe dentro da natureza. Felizmente, porém, as línguas de cultura emergentes revelam que serão portadoras de todas essas variedades que existem com a diferenciação linguística, no sentido de que uma língua de cultura não pode, sozinha, ser dominada por ninguém. Os usuários das línguas de cultura, quando somos muito cultos, somos porque sabemos heurísticamente. onde achar a resposta dos problemas que nossa mente não pode resolver sozinha. Um homem integrado em um ambiente de cultura – inglesa, francesa, portuguesa, espanhola, italiana, árabe, hebraica, qualquer que seja – ele, sozinho, não responde por todos os elementos verbais, que são intercomunicantes. Mas ele tem, em sua formação cultural, o método pelo qual sabe consultar os dicionários, as enciclopédias, os textos escritos que pertencem à língua e, graças a sua formação de ser aculturado, preparado para a língua de cultura, tem um método de obter respostas, tem um método metalinguístico por excelência: se queremos saber algo de química, podemos, em última instância, dirigir-nos ao especialista em química e obter dele a resposta.

Esse processo metalinguístico não existe nas línguas naturais. Em uma língua natural, os antropólogos têm visto que uma criança nunca pergunta o que significa uma coisa, porque esta, aos poucos, vai entrando em sua cabeça. Um adulto nunca corrige o que a criança faz, porque, aos poucos, ela se integra no grupo. Não há professores, não há escolas, não há alunos, e a língua, entretanto, persiste! A diferença está, exatamente, na amplitude das ambições e necessidades, que fazem diferenciar uma língua natural de uma língua de cultura. Mas isso, também, é um estigma das línguas naturais. Todas elas, hoje em dia, são faladas por povos sotopostos. Não há uma língua natural que seja língua de Estado ou de um povo independente. Eles são sotopostos. Então, o dilema do homem é, visivelmente, encaminhar-se para uma língua de cultura ou... e não há uma terceira escolha.

Isso tudo é uma introdução muito pretensiosa, para nos pormos em face do árabe e daquilo que deveria ser o português, na Península Ibérica. Em 711, ocorre a imigração árabe que atravessa todo o século VIII, o século IX, o X, o XI, o XII e, nesse momento, quando começa a esboçar-se a consolidação da língua portuguesa como tal, o árabe estava presente, mas com esta dualidade: enquanto o árabe da Península Ibérica era o de uma língua de cultura, o português, ou aquilo que deveria ser o português da Península Ibérica, era uma língua natural.

Tal circunstância é relevante, porque a língua de cultura, que estava intermédia entre os dois, era o moçárabe, ou seja, língua de cristãos altamente penetrada de arabismos. O árabe, como tal, teria todas as condições para prevalecer, e estava visivelmente prevalecendo na Península Ibérica, onde se radicara. Foi só com a Reconquista que houve a expulsão dos árabes e dos arabizados, graças ao que o português pode conquistar terreno.

Quando fazemos a documentação verbal do português, a partir, possivelmente, do século X, temos de dizer o seguinte: o árabe era a língua de cultura, porque, para colocar-se numa posição de universalidade, recorria ao próprio árabe, enquanto o português, ou o que viria a ser o português, quando quisesse recorrer à universalidade do saber, tinha de subir ao latim, quer dizer, o futuro português tinha de ser bilíngue, o que já seria, para ele, uma esforço de dualidade, em uma coletividade cujo saber seria de 1% de letrados. Então, 1% subia ao latim. Mas o árabe, que tinha uma coletividade maior de letrados, recorria à própria língua, à língua viva que tinha forma escrita e tradicional; então, a potência dos árabes vis-à-vis do futuro português, era, incomparavelmente maior, o que explica, de fato, por exemplo, depoimentos que existem do passado de que os cristãos, do prisma linguístico, ou de aculturação, escreviam em árabe, liam em árabe e se compraziam na única língua que eles criam capaz de transmitir saber e conhecimento. A língua portuguesa não o era, e o latim já era desprezado para esse fim, tamanho o esplendor e prestígio da cultura árabe, em face do medievalismo ocidental peninsular. Na verdade, é Idade Média para o ocidental, mas, para o árabe, é o período de esplendor. Essa diferença explica, então, este fenômeno muito singular: num total de três mil a três mil e duzentas palavras do português primitivo, há, no mínimo, oitocentas palavras de origem árabe. Numa estatística verbal, contemporânea de então, é impressionante o acervo de palavras árabes que existiam vivas no português. Representam algo em torno de 25% do vocabulário da língua portuguesa primitiva. E essa estatística toma em conta, também, os vocábulos então recém-derivados.

Naturalmente, na medida em que a língua portuguesa começa a ser língua de cultura, chega ao Renascimento com um aumento espantoso de palavras de origem latina, de origem grega, vindas com o acervo erudito, enquanto o árabe, expulso, prevalecia só em sua qualidade de língua natural, cujos elementos passavam para a expressão literária porque eram as palavras com que, naturalmente, se designava a

realidade a que eles ficaram ligados. É bem possível, contudo, compreender a importância da cultura árabe, nesse contato, por esse imenso mar de palavras que ficou dentro do acervo inicial do português.

Essas palavras, quando examinadas, trazem revelações notáveis, como, por exemplo, a de que se tratava de cultura superior. Pelos termos relacionados com vários campos do saber, sentimos que era não só a língua de ponta, era não só a língua inovadora, mas era, também, a língua de administração, a língua eventualmente do júbilo, eventualmente do luxo, do esplendor. Isso tudo, quando se faz o cotejo entre os termos primitivos portugueses e os termos árabes.

A esse respeito, podemos ainda salientar um outro aspecto, bem relevante. É visível que, na análise dos vocábulos da língua portuguesa dessa época, há uma evolução, uma cronologia perfeitamente elucidadora do tipo de influência que o árabe exercia na Península e do tipo de influência que se projetou na formação da língua portuguesa. Ela, em si mesma, trazia elementos latinos, porque a latinização, a romanização da Península, a certa altura, foi total, não obstante a presença, num dado momento também, a partir do século V, dos elementos germânicos, trazidos pelos godos, suevos, alanos etc. Esses elementos, apesar do bom tempo em que lá predominaram, apresentam, no vocabulário da língua portuguesa, um acervo seis a sete vezes menor que o árabe. Então, temos, como elementos reais dados ao acervo primitivo português, os de origem latina, seguidos dos de origem árabe. São os segundos em estatística, num total de duas mil e trezentas para o latim, cerca de oitocentas para o árabe, e cerca de cento e seis para os elementos germânicos, de modo geral. Isso dá bem uma ideia de como as etnias dessas proveniências se comportaram na formação do vocabulário típico do português primitivo.

Há, ao lado disso, a possibilidade de fazermos uma análise de suas características. Por exemplo, é de 1024 a documentação castelhana relativa à palavra moçárabe: o cristão que vivia na Espanha árabe. Ele era moçárabe no sentido de que estava quase inteiramente arabizado, ou praticamente arabizado, embora mantivesse sua crença cristã. Este é que iria ser o futuro português dessas áreas: era cristão, mas estava inteiramente arabizado. O acervo de documentação moçárabe predomina sobre o acervo de documentação em língua portuguesa, que não existe ainda, por essa altura. Só no século XII é que a vamos ter. Quer dizer, já havia, até mesmo, uma literatura moçárabe, traduzindo uma língua de base portuguesa, mas profundamente impregnada de palavras árabes. Foram esses moçárabes que transmitiram os elementos lexicais árabes para o futuro português. A palavra é rica, porque ela diz *musta'rib*: o que se fez semelhante ao árabe; era o cristão que se fez semelhante ao árabe.

Há uma palavra sagrada, para esse tipo de estudo: é a palavra *aljamia*, que significa, ao pé da letra, a [língua] estrangeira; mas *aljamia* era empregada em dois sentidos: era o português, do ponto de vista árabe, ou era o árabe, do ponto de vista português. A palavra é ambígua, mas de riqueza crucial, porque, nela também, há elementos graças aos quais se pode fazer toda essa cronologia da entrada das palavras árabes no português.

A palavra *algaravia*, documentada no século XIV, evidentemente existindo muito antes, significou, nos primeiros tempos, nos primeiros documentos, exatamente a língua árabe. Algaravia não era nada do que hoje em dia para nós. Só tempos depois da expulsão dos árabes da Península Ibérica é que algaravia vai significar *gritaria*, *confusão*, *mixórdia impossível de entender*, porque, de fato, já não era entendível. No entanto, até então, até 1492 (a palavra é tanto espanhola quanto portuguesa), algaravia significou a língua árabe, pura e simplesmente, que é o que ela significa mesmo: *al-'arabiyah*, a [língua] árabe. O ataque glotal é que gera o -gar- de *algarabiya*. Essa

palavra é extremamente rica para significar alguns aspectos do contato entre as duas línguas.

Em dado momento, Arnold Toynbee refere-se ao mundo árabe, em seus estudos de história, como sendo “uma heresia cristã”. Mas heresia cristã em que sentido? Ele compreende que o fenômeno de Muhammad decorre de um incoformismo prematuro com a decadência oportunista e degenerada dos cristãos. E, nesse sentido, o mundo de Muhammad haveria sido um mundo de crença, de fé, de bondade, erguido para recuperar uma herança que deveria haver sido bela e que estava perdida. Esse esforço tem sido feito, frequentemente, ao longo da Humanidade. Interpretando toda a civilização árabe como o segundo tempo de uma promessa trazida pelo Cristianismo, ele nota que houve um momento de realização nisso, inclusive porque o Islão, ou a submissão, era feito nas condições mais favoráveis possível ao convívio. Dessa forma, ressalta que esse convívio foi não raro muito cordial, embora tivesse de implantar-se sob técnica militar muito eficaz. Esse convívio foi gracioso, e, em dado momento, até cordial, o que fica documentado em certas palavras de nossa língua que continuam a ser as mais características do fato.

Tivemos e continuamos a ter *alvíssaras*, graças ao mundo árabe. Houve uma palavra, muito rica no português antigo, *alboroque*, que significava, exatamente, a bênção, a gentileza, a palavra bem típica desse convívio. Agora, a influência do árabe a esse respeito, vista sob essa tematologia, revela que, na realidade, o aspecto da organização social, da organização administrativa, foi eficaz. O mundo árabe tem um apogeu, rapidamente, atingido pelo século X, de tal maneira que, por exemplo, alguns traços de sobrevivência (enquanto a intolerância cristã para com os judeus se fazia quase que etnocida, e foi num crescendo até o século XV) fizeram do mundo árabe o asilo natural do mundo judaico. Foi dentro do arabismo que o judeu pôde produzir algumas das mais importantes peças de sua filosofia, de seu pensamento. Havia, entre os judeus, aquela dualidade entre língua natural e língua de cultura. Para fazer poesia, usavam, ainda, do hebraico, mas, quando tinham de fazer filosofia, política, administração, ciência, geografia, enfim, só podiam fazê-lo naquela única língua que sentiam poder exprimir isso, e que era o árabe. Era a língua que muito cristão usou para dizer o que não era coisa da alma, mas da razão. A língua da racionalidade, do conhecimento, da ciência era o árabe. Era a língua, por excelência, para todos esses aspectos, pois é aí que estava a ponta de lança do conhecimento humano, que estava degradado no Ocidente, e não tinha no Oriente expressões maiores, mas estava expresso pelo mundo árabe, esse mundo que, vindo da Pérsia islamizada, porém não inteiramente arabizada, adotando os caracteres árabes, até a Península Ibérica, passava por todo o sistema da África do Norte. Esse imenso império se formou quase instantaneamente e durou, na Espanha, até 1492.

Exatamente esse imenso império se exprimia de forma intensiva para o mundo da racionalidade, da administração, do progresso, da ciência e do saber somente em língua árabe. O exemplo típico que estamos dando do judeu caracteriza bem isso. O hebraico deixara de ser língua de cultura e transformara-se em língua natural e, como tal, tem poesia, tem esboço de literatura antes da literatura. Os judeus haviam até perdido o hábito de escrever em hebraico, adscritos, muitas vezes, a textos hebraicos vazados em caracteres árabes, frequentemente para poesia.

Entre alguns exemplos de termos que se referem à organização do Estado e que dão bem uma ideia do que foi a influência do mundo árabe na Península Ibérica, está a palavra *aduana*, do árabe *ad-diwan*, oriunda do persa *diwan*, que significava *registro, oficina, escritório*. Ficou viva na língua portuguesa até hoje, e, muitas vezes, pensamos que se trata de espanholismo: entretanto é documentada desde 1383, em textos moçárabes de Portugal.

Alvará é uma palavra tipicamente, árabe, e documentada na língua desde 1328. Significa o texto que autoriza, e, até hoje, não teve substituto. Continua presente na língua.

Uma palavra como *alcavala*, hoje quase em desuso, é típica de administração: era uma *distribuição de adjudicação*, num sistema ainda comunitário (a terra nem sempre foi propriedade privada; então, por isso mesmo, o mundo árabe não previu nenhuma reforma agrária. Não foi necessária!). *Alcavala* está representada em português em duas gerações, pelo chamado **doublet**: aparece como *alcavala*, *alcabela*, *alcabala*, e aparece também como *gabela*, esta já bem tardia no português, porque foi palavra italiana. *Alcabala*, além de ser adjudicação de um pedaço de terra, era também contribuição que se fazia pela detenção da terra, espécie de aluguel.

Houve uma palavra muito rica, num dado momento, na administração da Espanha, que era *alcaçaria*: *os grandes mercados* em que todos os bens físicos eram postos à venda. *Alcaçaria* é, sabidamente, uma arabização do latim *Caesar*. *Alcaçarias* eram assim chamadas porque foram antigos grandes edifícios, de origem romana, que, em lugar de serem propriedades privadas, viravam uma espécie de *suqs* ou locais de venda, de troca e de comércio, porque eram suficientemente amplos. O mesmo que seria a palavra *açougue*, que, no fundo, é *as-suq*; e *açougue*, no início, não era apenas local de venda de carne; era de venda de todos os tipos de coisa, como um *suq*, hoje em dia, o é. O *suq* do mundo árabe continua vivo.

Uma linda palavra, ainda viva em português, é o nosso alferes. Era já *o ginete*, já *o cavaleiro*. O melhor ginete, o melhor cavaleiro, recebia bandeira para portar. Era o porta-bandeira, por excelência, na frente militar.

É notável também, a frequência de palavras que designam a organização da cidade como tal e suas autoridades:

- *Alfoz*, o *distrito*, é do século XIII; *alfândega* é também dessa época, assim como *caravana*, palavra persa arabizada.

- *Aguazil*, que vai reaparecer, depois, já por influência francesa, como *vizir*, no século XIX, é a nossa palavra arcaica *alguazil*.

- *Almoxarife*, já documentada em textos moçárabes desde o século XIII, é ainda insubstituível na língua portuguesa de hoje, juntamente com seus derivados.

- *Almoeda*, que os romanos não conheceram jamais, significava *leilão*. Está documentada desde o século XIII. Aliás, a própria palavra *leilão* tem origem árabe, e significa *o anúncio*.

- *Almorávida*, como *ermitão devoto* — um aspecto fundamental da cultura árabe, que sempre foi muito adscrita ao mundo religioso — é do século XIV.

- O *almotacé*, o *escrivão* que, inclusive, contabilizava e contava, é do século XIII.

- *Almoadem*, que mais tarde vai aparecer no português, a partir do século XVII, numa variante francesa, *muezim*, é o empréstimo direto do árabe.

E assim por diante.

Cotejando o árabe com o português, vendo a influência do árabe no português, a pergunta que fazemos é esta: como é que as línguas de cultura estão procedendo consigo próprias, a fim de perdurarem como línguas de cultura? Se notarmos o sistema inglês, notamos que a diferença que há sempre — é fundamental tê-la presente — é que, no passado, as crianças nasciam e nunca o problema de língua se colocava para elas. Elas iriam, fatalmente, falar a língua em cujo meio estavam. Não havia professores, não havia escolas, não havia alunos.

A partir do advento da escrita, a instituição da escola começa a existir e a escola do mundo árabe foi profundamente bem institucionalizada e de tal maneira que as crianças eleitas passavam às vezes de dez, doze horas por dia estudando o *Alcorão*. A partir do século XIX, o que foi a escola francesa, o que foi a escola inglesa, senão este imenso cadinho de transmissão do saber, por horas a fio, por dias a fio, por anos a fio. As línguas naturais, transformadas em línguas de cultura, exigiam, exigem e exigirão sempre um imenso aprendizado. O mundo árabe, com seu novo reflorescimento, está voltando a sua velha tradição, que nunca perdeu: era uma tradição de grande estudo, mas para um pequeno número; agora, estão compreendendo que é uma questão de grande estudo, para um grande número. O repto, no mundo árabe, sobretudo no mundo de condições materiais um pouco melhores, está sendo renovado.

Agora, a situação para a língua portuguesa é profundamente melancólica. Temos, em teoria, um ensino de oito anos (referimo-nos, sempre, ao ensino básico). Se este existisse de fato, os outros existiriam bons. Costumamos fazer da Universidade uma crítica muito grande, atribuindo-lhe impotências que ela teria de superar por si mesma, esquecendo frequentemente que grande parte da impotência da Universidade deriva do ensino secundário. E, quando fazemos a crítica do ensino secundário, grande parte de sua impotência deriva do ensino primário. E nenhuma recuperação nacional se fará pela Universidade, apenas. Poderíamos, requintando nossa Universidade, em dado momento, dar figuras brilhantíssimas para o mundo cultural, mas um mundo cultural que irá ser vivido por uma fração da população. Somente quando aumentarmos o contingente do secundário é que teremos, no superior, um contingente mais ou menos capaz. Mas o ensino secundário fica na total dependência do ensino primário.

O que é o ensino primário do português, no Brasil? Oito anos teoricamente, de quatro horas por dia, teoricamente, que na prática, em 90% das ocorrências, se reduzem a dois anos de duas horas por cento e oitenta dias. Isso explica a significativa situação do português no Brasil: ele é praticado como língua natural pela grande maioria da população, que não sabe mais que três mil palavras e com elas se comunica em seu pequeno mundo, desassociando-se de sua cidadania, de sua condição de homem de trabalho. A realidade teórica e a realidade real são bem diferentes. Fala-se, em estatística, que estamos com 30% de analfabetos. Desafiamos que isso seja verdade. Estamos com 40%, 50% ou 60% de analfabetos. Analfabetos funcionais, que podem assinar seu nome, mas não lêem um texto ao longo da vida.

Sobre este repto, talvez o árabe venha a ser a quinta língua do futuro, enquanto o português venha a ser a nona. Esta é que é a trágica situação! Evidentemente, estamos caricaturando uma situação bem presente, esta, neste instante, porque não acredito que venhamos a manter as condições péssimas hoje existentes, por mais muitos anos.

É claro que na divisão do famoso bolo, uma parte para a educação, e sobretudo para a criança, está sendo injustamente sonogada. As mulheres reivindicam, cada vez mais brilhantemente, o direito à igualdade com os homens. Deveriam reivindicar também o direito à igualdade para as crianças, porque, no todo social, os filhos das mulheres estão em péssima situação, comparativamente com elas, e nem digamos com os homens. Porque as crianças não têm porta-vozes. A criança não sabe dizer o que quer. A criança não sabe fazer exigências. E a mulher, em sua reivindicação, implicitamente compreende que, melhorando, seus filhos irão melhorar. Mas nem sempre isso ocorre. E, não ocorrendo, é bom que elas tenham isto presente, pois os homens não o terão jamais: elas têm de ser porta-vozes da criança, que é a faixa mais dilapidada, mais estraçalhada, mais irrepresentada dentro do Brasil.

Estamos desenvolvendo uma cultura profundamente desinteressada da criança. E é nela que se faz a construção de uma língua de cultura e é nela que se faz a construção de uma sociedade.

Assim, a aquisição da língua de cultura tem de ser feita a partir do sexto ou sétimo ano, para que, aos catorze, quinze anos, o indivíduo esteja com o potencial de sua integração no ser de comunicação, que é o ser humano, mais ou menos realizado. Daí para diante, as vocações poderão ser definidas. Pode haver uma grande vocação de criador poético, ficcional, em uma criança de seis anos. Mas, se esse instrumental não lhe for dado, ele não aflora. E, se aflorar, aflora para essas coisas bonitas, mas que não chegam a representar grande passo à frente na história do Homem, que são, com todo o respeito, os nossos cordéis, que, inclusive, estão sendo falsificados, hoje em dia. Há pessoas que têm língua de cultura e fingem fazer cordel.

Ora, esse quadro é um pouco melancólico. Entretanto, ressaltamos, de novo, que o português estava em estágio de língua natural, enquanto o árabe já havia atingido seu esplendor de língua de cultura, e, por isso mesmo, suas possibilidades de domínio foram imensas. Foram as dissensões dos grandes emirados do império árabe que prefiguraram sua Idade Média retardatária: cinco séculos obscuros, que começaram a reiluminar-se em nosso Líbano pré-natal, com os **Yázigis** e os outros assim, e que estão permitindo que esta língua refloresça com pequenas ambiguidades, uma das quais, evidentemente, é uma opção entre um árabe modernizado, capaz de ter quatrocentas mil palavras, que o *Alcorão* não tem – o *Alcorão* se faz com seis mil palavras – e, por conseguinte, o ideal corânico tem de ser praticado em termos. O ideal corânico fundamentalista é retardatário, é anacrônico, é um recuo, conquanto possa dar as matrizes fundamentais da língua, o que é outra coisa: todas as línguas são comparáveis entre si. Então, nesse aspecto, o árabe está fazendo uma opção prática, porque se está intercomunicando ao longo de toda sua paisagem viva, e não temos dúvida de que irá ser, de novo, uma grande língua de cultura, provando, mais uma vez, que tem poetas, sábios, santos, e cientistas. Isto também ocorrerá com o português, mas por que pensarmos em séculos obscuros para uma língua que não precisa tê-los?

Recebido para publicação em 06-01-19; aceito em 08-01-19